

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atividades Sociais

A Fundação Fiat Saúde e Bem Estar (Fundação) é uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve atividades de assistência complementar à saúde através de planos regulamentados, bem como ações necessárias à prevenção de doenças e a recuperação e reabilitação da saúde de seus beneficiários.

As atividades desenvolvidas visam ao interesse coletivo e o bem-estar do seu público alvo, composto por colaboradores das empresas dos Grupos FCA e CNHi instaladas no Brasil, aí incluídos os seus dependentes diretos, o que permite à Fundação beneficiar cerca de 42.083 pessoas (31/12/2018), distribuídas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (principalmente em Belo Horizonte, Contagem e Betim), e ainda no município de Sete Lagoas, por meio do nosso plano de saúde regulamentado.

Os serviços de assistência à saúde são prestados por meio de rede própria de atendimento, através de três Núcleos de Saúde, que oferecem especialidades médicas e diagnósticas, e por meio de uma Rede Credenciada composta por hospitais, clínicas, médicos, laboratórios e farmácias à disposição dos beneficiários mediante regulamento.

Além disso, realizamos a gestão dos custos de saúde assistencial para os colaboradores e seus dependentes diretos, das empresas dos Grupos FCA e CNHi localizadas em outras regiões do país, através da gestão de contratos de outras operadoras, sendo cerca de 39.893 pessoas beneficiadas por esta atividade.

Destinação dos Resultados do Exercício

As atividades da Fundação são suportadas por recursos oriundos das empresas dos Grupos FCA e CNHi estabelecidas no Brasil. O resultado apurado no final do exercício será transferido para o Patrimônio, após a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho Curador, na forma do estatuto social.

Aspectos Societários

A Fundação Fiat Saúde e Bem Estar foi instituída em 29/09/2010, conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e previsão contida no art. 34 da Lei 9656/98, e foi organizada sob a forma de fundação de direito privado, sem fins lucrativos.

Perspectivas e investimentos

Em 2018, a Fundação Saúde e Bem-Estar focou os seus esforços na estruturação de modelos ainda mais sustentáveis para o seu negócio, se aprofundando na lógica de Atenção Primária à Saúde (APS), que visa ao equilíbrio entre qualidade máxima e custo justo, aliando acessibilidade, organização do cuidado, vínculo entre médico e paciente, atenção integral à saúde e foco na saúde e não na doença. Assim, a empresa registrou um novo plano, denominado Saúde Bem-Estar Pessoal, com aplicação das premissas da APS, em prol de melhorias da resolutividade, assertividade e agilidade na conclusão de tratamentos e redução de custos desnecessários.

Para potencializar a Promoção da Saúde, além dos oito programas que seguem linhas de cuidados diversas aos beneficiários, a empresa investiu em iniciativas em educação em saúde, com campanhas de sensibilização e incentivo ao autocuidado, que foram disseminadas para todas as unidades do Grupo FCA no Brasil, em prol da prevenção de doenças, adoção de hábitos saudáveis e busca pelo bem-estar. Sobre a sua estratégia de governança, que envolve sua autogestão em saúde, amplo pacote de benefícios e gestão de contratos com outras operadoras de saúde, a Fundação Fiat realizou uma série de estudos para, em curto e médio prazo, ampliar a sua atuação em outros mercados, seja por meio da sua autogestão ou benefícios, por exemplo, o lançamento do Benefício Farmácia, até então inexistente, na empresa CMP Componentes, em Contagem (MG), assim como ajustes e customização deste mesmo benefício para a FCA Planta Motores, em Campo Largo (PR).

Ao que diz respeito à qualidade dos serviços prestados e produtos realizados, vale destacar o aumento do índice de satisfação em relação ao ano de 2017, sob a opinião dos beneficiários do plano de autogestão, em pesquisa anual aplicada, alcançando 93%, o que coloca a operadora em uma zona de excelência, considerando milhares de atendimentos realizados em sua Rede Própria, Rede Credenciada, Programas de Promoção da Saúde, Canais de Relacionamento e Benefícios. Para 2019, os rumos estratégicos da Fundação Fiat estão voltados à expansão da sua governança e desenvolvimento de novos negócios e produtos, com possível renovação e reposicionamento da marca.

Recursos Humanos

A Fundação conta com 150 colaboradores diretos - (situação em 31/12/2018), sendo 91 com funções assistenciais relativas aos serviços médicos e de assistência odontológica oferecidos em nossas unidades de assistência à saúde.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os parceiros envolvidos nas atividades da Fundação – Empresas dos Grupos FCA e CNHi, Fornecedores, Rede Credenciada, Empregados, Comunidade e demais parceiros pelo comprometimento e excelência de suas ações. Somos gratos a todas as empresas mantenedoras e beneficiários que continuam confiando na Fundação, nos dando a preferência na utilização dos nossos serviços. Renovamos ainda o nosso compromisso de continuar trabalhando pela inovação e excelência contínua de nossas atividades.

Betim, 28 de Março de 2019
Diretoria

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	NOTA	2018	2017		NOTA	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.877	6.595	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10	10.780	11.835
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	14.981	15.110	Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora		259	11
Créditos de operações de administração de benefícios		1.698	1.450	Fornecedores	11	5.497	3.557
Bens e títulos a receber	6	13.705	9.693	Tributos a recolher		308	230
Créditos tributários e previdenciários	7	141	2.722	Débitos com partes relacionadas	12	559	3596
		37.402	35.570	Obrigações com pessoal e encargos sociais a recolher	13	1.349	1.217
Não circulante						18.755	20.446
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	8	581	530	Não circulante			
Depósitos judiciais	14	1.182	1.536	Provisões para riscos	14	7.741	5.183
Imobilizado	9	6.259	7.222			7.741	5.183
Intangível		122	202			26.493	25.629
		8.144	9.490				
Total do ativo		45.546	45.060	Patrimônio Líquido	15		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Patrimônio social		18.624	19.667
				Outras reservas		1.167	1.167
				Reserva de retenção de superávit		-	313
				Déficit acumulado		(378)	(1.716)
						19.053	19.431
				Total do passivo e patrimônio líquido		45.546	45.060
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	NOTA	2018	2017
Receitas com operações de assistência à saúde	16	94.303	92.369
Contraprestações efetivas		94.303	92.369
Eventos conhecidos ou avisados	16	(87.911)	(86.047)
Eventos indenizáveis líquidos		(87.911)	(86.047)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		6.392	6.322
Outras receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde	17	22.855	19.908
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde	17	(11.545)	(12.521)
Resultado bruto		17.702	13.709
Despesas gerais e administrativas	18	(19.124)	(15.579)
Déficit antes do resultado financeiro		(1.422)	(1.870)
Receitas financeiras	19	1.112	320
Despesas financeiras	19	(68)	(166)
Déficit líquido do exercício		(378)	(1.716)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	2018	2017
Déficit líquido do exercício	(378)	(1.716)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do exercício	(378)	(1.716)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Outras reservas	Reserva de retenção de superávit	Déficit acumulados	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	520	1.167	313	-	2.000
Valor incorporado ao patrimônio social	19.147	-	-	-	19.147
Déficit do exercício	-	-	-	(1.716)	(1.716)
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	19.667	1.167	313	(1.716)	19.431
Absorção de déficit	(1.403)	-	(313)	1.716	-
Déficit do exercício	-	-	-	(378)	(378)
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	18.264	1.167	-	(378)	19.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa		
31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)		
	2018	2017
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de planos de saúde	175.594	160.953
(+) Resgate de aplicações financeiras	93.653	29.251
(+) Recebimento de juros de aplicações financeiras	386	203
(+) Outros recebimentos operacionais	1.552	4.097
(-) Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(166.199)	(148.070)
(-) Pagamento de pessoal	(8.001)	(8.760)
(-) Pagamento de tributos	(1.259)	(1.140)
(-) Pagamento de tarifas bancárias	(11)	(12)
(-) Pagamento de aluguel	(1.675)	(1.267)
(-) Aplicações financeiras	(93.653)	(29.251)
(-) Aplicações financeiras vinculadas ANS	(20)	-
(-) Outros pagamentos operacionais	(57)	(642)
Caixa líquido das atividades operacionais	310	5.362
Atividades de investimentos		
(-) Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(28)	(85)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(28)	(85)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	282	5.277
No início do exercício	6.595	1.318
No fim do exercício	6.877	6.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Fundação Fiat Saúde e Bem Estar (denominada “Fundação” ou “FFSBE”) foi constituída em 29 de setembro de 2010, pelas suas mantenedoras, FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda., CNH Industrial Brasil Ltda., Magneti Marelli Cofap Cia. Fabricadora de Peças Ltda., Comau do Brasil Indústria e Comércio Ltda., FCA Fiat Chrysler Participações Brasil Ltda. e Fiat Chrysler Finanças Brasil Ltda., e tem como finalidade conceder assistência suplementar à saúde através de planos privados de assistência à saúde, bem como ações necessárias à prevenção de doenças, recuperação e reabilitação da saúde, e atividades de caráter sócio-cultural e de lazer em prol dos empregados e de seus dependentes. A Fundação não tem como finalidade auferir lucros em suas operações. Os benefícios concedidos pela Fundação estão relacionados à assistência a educação, cultura e lazer. A FFSBE está localizada no município de Betim, no Estado de Minas Gerais.

A Fundação concede benefícios de assistência médica, hospitalar, odontológica e de medicamentos aos funcionários das empresas mantenedoras. Tais benefícios e serviços prestados são cobrados das mantenedoras e das empresas conveniadas por valores equivalentes aos custos incorridos pela Fundação.

O patrimônio social da Fundação é constituído de bens recebidos em doação, legados e adquiridos. Todo o superávit obtido pela Fundação é aplicado na manutenção de suas finalidades, conforme previsto em sua escritura pública.

É entendimento da Administração da Fundação, considerando suas atividades desenvolvidas, bem como baseado na opinião dos seus consultores jurídicos que a FFSBE:

- Goza de imunidade fiscal em relação ao IRPJ e demais impostos sobre o patrimônio e renda, conforme determinado pelo artigo 150, inciso IV, alínea “c”, da Constituição Federal e da isenção conferida pela Lei nº 9.532/97, a título de IRPJ e CSLL sobre o superávit líquido;
- Goza da isenção à COFINS;
- Suas atividades não são sujeitas ao ISS; e
- Está obrigada ao recolhimento do PIS com base na folha de pagamento de salários dos empregados.

A Administração entende, também, que a Fundação vem cumprindo todos os dispositivos da legislação aplicável a entidades sem fins lucrativos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem a legislação societária, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Fundação na sua gestão.

Base de elaboração

A escrituração contábil segue os critérios estabelecidos pela ITG 2002 R1 - Entidade sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas da entidade sem finalidade de lucros, em conformidade com a Resolução Normativa 390/2015, que dispõe sobre o plano de contas padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 28 de março de 2019.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em Reais, sua moeda funcional.

Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2018

IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil
Emitida em janeiro de 2016 e em substituição à IAS 17 / CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, a IFRIC 4 - Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 - Arrendamentos Operacionais - Incentivos e o SIC-27 - Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 / CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros, segundo a IAS 17 / CPC 06 (R1).

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

O pronunciamento muda a maneira como se contabiliza arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, de acordo com o IAS 17 / CPC 06 (R1). Aplicando a IFRS 16 / CPC 06 (R2) para todos os arrendamentos:

- Reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento, no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhece depreciação de ativos de direito de uso e juros sobre passivos de arrendamento, na demonstração do resultado; e
- Separa o montante total de caixa pago em uma parcela principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração dos fluxos de caixa.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de baixo valor (definidos pela Administração como itens abaixo de EUR 5.000,00), pode-se optar por reconhecer uma despesa de arrendamento, em bases lineares, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2). Esta despesa deve ser apresentada em outras despesas na demonstração do resultado.

O pronunciamento CPC 06 (R2), que trata do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento mercantil, entrará em vigor em 1º de janeiro de 2019 e não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras.

Novos pronunciamentos contábeis e interpretações

IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 / CPC 48, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Essa norma substitui a IAS 39 / CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O pronunciamento CPC 48, que trata do reconhecimento contábil dos instrumentos financeiros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras.

Não há impactos referente ao CPC 48 - Instrumentos financeiros para a Fundação.

IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IRFS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato de Clientes, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços para o cliente e substitui o IAS 18 / CPC 30 - Receita, o IAS 11 / CPC 17 - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Fundação realizou uma análise detalhada da IFRS 15 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

O pronunciamento CPC 47, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de

receita de contratos com cliente, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras.

Políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas são como segue:

2.1. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente.

2.2. Ativos financeiros

A Fundação determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Fundação incluem caixa e equivalentes de caixa, contra-prestação pecuniária a receber, aplicações financeiras, depósitos judiciais e outros créditos.

A Fundação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Os ativos financeiros da Fundação estão apresentados na Nota Explicativa nº 20.

2.3. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, no caso de empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Fundação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Fundação incluem fornecedores, débitos com partes relacionadas e outros débitos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.4. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear e a sua vida útil estimada para os exercícios de 2018 e 2017, em anos, é:

Edificações	25
Máquinas e equipamentos	10
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de escritório	10
Veículos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 10
Outras imobilizações	6

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções realizados nos ativos imobilizados são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.5 Intangível

São compostos substancialmente por direito de uso de softwares, que possui vida útil definida. A amortização calculada pelo método linear e sua taxa anual, em percentual, para 2018 e 2017 é 20%.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.6 Provisões

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.7 Reconhecimento de receita

As receitas de doações e contribuições para custeio são reconhecidas quando da emissão de nota de empenho ou da comunicação dos doadores, conforme o caso, sendo apropriadas, em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quando estes forem identificáveis.

2.8 Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde

As despesas não relacionadas ao plano de saúde referem-se a benefícios concedidos aos colaboradores do Grupo FCA, dentre eles se destaca o benefício farmácia, o qual concede um subsídio de 50% sobre medicamentos prescritos adquiridos por funcionários e seus dependentes registrados nos planos.

2.9 Apurações do déficit do exercício

As despesas e receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Todas as despesas relacionadas com as contribuições para os projetos e programas, incorridas e registradas, são previamente aprovadas pelos órgãos da administração.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Fundação, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período que estas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Fundação e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Fundação avalia ao fim de cada exercício se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa.

O montante é reconhecido imediatamente no resultado. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Durante o período corrente, a Fundação julgou não haver evidências de desvalorização que possa comprometer o valor registrado dos seus ativos e, por este motivo, não foi reconhecida nenhuma provisão para redução ao valor recuperável sobre os ativos.

ii) Vida útil dos bens do imobilizado

A Fundação revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

iii) Provisões para riscos

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições

adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

iv) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Fundação está dispensada da avaliação atuarial da provisão técnica de operações de assistência à saúde, uma vez que esta possui apenas planos na modalidade de pós-pagamento. Nessa modalidade, o beneficiário paga somente pelo serviço médico recebido, não havendo pagamentos antecipados por conta de futuros atendimentos médicos.

Pelo mesmo motivo, a Fundação está desobrigada da constituição da provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA).

As provisões são constituídas para pagamentos de eventos já incorridos relacionados à assistência médica, hospitalar e odontológica, cujos respectivos documentos fiscais de faturamento ainda não haviam sido recebidos até a data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos	848	806
Aplicações financeiras	6.029	5.789
Total	6.877	6.595

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em CDBs (Certificados de Depósito Bancário), com variação próxima a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2018	2017
Contraprestação pecuniária de prêmios a receber (i)	14.979	15.108
Outros	2	2
Total	14.981	15.110

(i) Referem-se às contribuições a receber das patrocinadoras e seus beneficiários. São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal, em contrapartida à conta de receita no resultado.

6. Bens e títulos a receber

	2018	2017
Créditos a receber - outras atividades (i)	13.170	9.356
Adiantamentos	93	118
Outros	442	219
Total	13.705	9.693

(i) Referem-se, basicamente, ao reembolso de gastos administrativos e repasses de benefícios de medicamentos que são cobrados das empresas mantenedoras.

7. Créditos tributários e previdenciários

	2018	2017
INSS cooperativas a compensar (i)	-	2.583
Outros	141	139
Total	141	2.722

(i) Referem-se aos valores a compensar de INSS cooperativas. A decisão do STF julgou inconstitucional a contribuição previdenciária sobre os valores pagos às cooperativas de trabalho (Recurso Extraordinário nº 595.838/SP), sendo assim a Fundação compensou todos os valores pagos de INSS Cooperativas nos anos de 2012 a 2015.

8. Aplicações garantidoras de provisões técnicas

As aplicações financeiras, no valor de R\$581 (R\$530 em 2017), estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em um fundo de investimento do Banco Santander sendo sua rentabilidade variável. A rentabilidade acumulada no ano foi de 6,64% a.a. (9,6% a.a. em 2017).

9. Imobilizado

A movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

	2018	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de escritório	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outras imobilizações	Imobilizações em curso	Total
Custos												
Saldo em 31/12/2017		247	9.917	2.500	1.392	2.744	2.334	16	3.525	56	2	22.733
Adições		-	-	6	-	-	244	-	-	-	-	250
Saldo em 31/12/2018		247	9.917	2.506	1.392	2.744	2.578	16	3.525	56	2	22.983
Depreciação												
Saldo em 31/12/2017		-	(6.205)	(1.460)	(1.077)	(1.619)	(2.019)	(16)	(3.061)	(54)	-	(15.511)
Adições		-	(394)	(162)	(74)	(228)	(136)	-	(219)	-	-	(1.213)
Saldo em 31/12/2018		-	(6.599)	(1.622)	(1.151)	(1.847)	(2.155)	(16)	(3.280)	(54)	-	(16.724)
Valor residual em 31/12/2018		247	3.318	884	241	897	423	-	245	2	2	6.259

	2017	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de escritório	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outras imobilizações	Imobilizações em curso	Total
Custos												
Saldo em 31/12/2016		-	-	130	28	112	-	-	-	-	-	270
Adições		-	-	8	-	6	-	-	-	-	-	14
Saldo recebido da incorporação		247	9.918	2.363	1.364	2.626	2.334	16	3.524	56	3	22.451
Reclassificação		-	(1)	(1)	-	-	-	-	1	-	(1)	(2)
Saldo em 31/12/2017		247	9.917	2.500	1.392	2.744	2.334	16	3.525	56	2	22.733
Depreciação												
Saldo em 31/12/2016		-	-	(5)	(2)	(5)	-	-	-	-	-	(12)
Adições		-	(394)	(177)	(96)	(250)	(204)	-	(229)	(1)	-	(1.351)
Saldo recebido da incorporação		-	(5.812)	(1.279)	(980)	(1.364)	(1.814)	(15)	(2.833)	(53)	-	(14.150)
Reclassificação		-	1	1	1	-	(1)	(1)	1	-	-	2
Saldo em 31/12/2017		-	(6.205)	(1.460)	(1.077)	(1.619)	(2.019)	(16)	(3.061)	(54)	-	(15.511)
Valor residual em 31/12/2017		247	3.712	1.040	315	1.125	315	-	464	2	2	7.222

10. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2018	2017
Eventos a liquidar prestadores médicos e odontológicos	3.229	3.342
Provisão de eventos a liquidar médicos e odontológicos	5.976	6.458
Provisão de eventos a liquidar SUS	194	566
Provisão de eventos a liquidar para intercâmbio eventual	26	5
Eventos a liquidar para rede própria	1.355	1.464
Total	10.780	11.835

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as garantias financeiras para fazer face aos valores em aberto avisados há mais de 60 dias, eram constituídas integralmente por aplicações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Eventos a liquidar avisado há mais de 60 dias	(166)	(386)
Aplicações financeiras (i)	581	530
	415	144

(i) Em atendimento à Resolução Normativa nº 159/07 da ANS, a operadora mantém ativos garantidores em aplicações financeiras em contas específicas, conforme Nota 8.

11. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores de bens e serviços	3.292	1.993
Aluguéis a pagar	74	129
Provisão farmácias credenciadas	1.749	920
Outras obrigações	382	515
Total	5.497	3.557

12. Débitos com partes relacionadas

	2018	2017
Valores a restituir a mantenedores (i)	559	3.596
Total	559	3.596

(i) Em atendimento à Resolução Normativa nº 159/07 da ANS, a operadora mantém ativos garantidores em aplicações financeiras em contas específicas, conforme Nota 8.

13. Obrigações com pessoal e encargos sociais a recolher

	2018	2017
INSS	155	150
FGTS	41	35
IRRF sobre folha e pagamento	73	45
Salários	1.080	987
Total	1.349	1.217

A Fundação é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, constituiu provisões para riscos para aqueles processos em que a probabilidade de perda foi considerada provável. A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas estimadas.

Processos com probabilidade de perda possível (sem valores provisionados)

As principais provisões estão apresentadas abaixo:

i) Cíveis

Os riscos de natureza cível se referem, substancialmente, a processos administrativos com a ANS - Agência Nacional de Saúde.

ii) Trabalhistas

A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada por seus assessores legais.

iii) Processos com probabilidade de perda possível (sem valores provisionados)

A Fundação é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais não constitui provisões para riscos. Em 31 de dezembro de 2018, os processos cuja expectativa de perda é considerada possível totalizam R\$607 (R\$225 em 2017).

15. Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

O patrimônio social da Fundação é constituído de todos os bens relacionados na escritura pública de constituição e pelos bens que esta vier a possuir sob as formas de doações, legados ou aquisições, livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

Em caso de extinção da Fundação, o patrimônio social será destinado a uma entidade beneficente, filantrópica ou de assistência social, inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social, a ser escolhido pelo conselho curador da Fundação.

b) Reserva de retenção de superávit

Conforme escritura pública da Fundação, os superávits apurados no exercício devem ser destinados à reserva de retenção de superávit após a aprovação das demonstrações financeiras pelo conselho curador.

c) Outras reservas

Referem-se às doações recebidas das empresas mantenedoras que são destinadas, exclusivamente, para investimentos em ativos fixos.

16. Receitas com operações de assistência à saúde

	2018	2017
Contraprestação efetiva	94.303	92.369
Total	94.303	92.369
Eventos a liquidar médicos	(76.250)	(73.347)
Rede própria	(11.281)	(11.392)
Ressarcimento SUS	(276)	(1.152)
Outros	(104)	(156)
Total	(87.911)	(86.047)

17. Outras receitas e despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde

	2018	2017
Recuperação de despesas administrativas (i)	10.804	7.522
Receita com assistência farmacêutica	7.183	7.247
Receita com assistência odontológica	2.206	2.166
Receita com assistência médica	1.305	1.455
Outras	1.357	1.518
Total	22.855	19.908

14. Provisões para riscos

A movimentação das provisões para riscos e depósitos judiciais podem ser assim demonstradas:

	Provisões para riscos			Depósitos judiciais			
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Previdenciárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2016	200	59	259	-	-	120	120
Saldo recebido da incorporação	904	4.479	5.383	893	189	319	1.400
Adições	-	658	658	-	9	1.086	1.095
Reversões	-	(305)	(305)	-	-	(10)	(10)
Pagamentos	-	(812)	(812)	(19)	(49)	(1.001)	(1.069)
Saldo em 31/12/2017	1.104	4.079	5.183	874	149	513	1.536
Adições	16	3.809	3.825	-	-	959	959
Reversões	(874)	(393)	(1.267)	(874)	-	(20)	(20)
Pagamentos	-	-	-	-	-	(419)	(1.293)
Saldo em 31/12/2018	246	7.495	7.741	-	149	1.033	1.182

	2018	2017
Despesas com assistência farmacêutica	(7.183)	(7.247)
Despesas com assistência odontológica	(2.206)	(2.166)
Despesas com assistência médica	(1.305)	(1.455)
Outras	(851)	(1.653)
Total	(11.545)	(12.521)

(i) A recuperação de despesas refere-se ao rateio das despesas administrativas relacionadas a aluguéis, condomínios, despesas com pessoal administrativo e demais despesas relacionadas à manutenção da estrutura, que são rateadas entre as empresas mantenedoras.

18. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Despesas com empregados	(4.242)	(2.795)
Serviços de terceiros	(5.780)	(5.725)
Despesas com aluguéis e estrutura	(2.252)	(2.276)
Depreciações/amortizações	(1.311)	(2.051)
Despesas com assistência social	(840)	(627)
Impostos, taxas e encargos	(1.723)	(1.485)
Despesas com contingências	(2.841)	(568)
Outros custos e despesas	(135)	(52)
Total	(19.124)	(15.579)

19. Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
Atualização monetária	693	55
Rendimento de aplicação financeiras	416	249
Outros	3	16
Total	1.112	320
Despesas financeiras	(12)	(139)
Juros	(56)	(27)
Total	(68)	(166)
Resultado financeiro, líquido	1.044	154

20. Instrumentos financeiros

20.1. Gerenciamento de riscos

Gestão de risco financeiro

As atividades da Fundação a expõem a riscos financeiros, de crédito e de liquidez.

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Fundação são expostos a seguir:

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, bem como de exposições de crédito, incluindo títulos e créditos a receber das entidades mantenedoras, ou seja, decorrem de a possibilidade da Fundação sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Fundação acompanha rigorosamente os fluxos de recebíveis, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Fundação não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de diferença dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Fundação é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para atender às suas necessidades operacionais.

20.2. Instrumentos financeiros

A Fundação realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar seus recursos, bem como reduzir sua exposição a riscos de taxas

de juros. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições, desempenhadas por membros de sua gerência financeira em conjunto com a empresa Fiat Chrysler Finanças Brasil Ltda., empresa do Grupo FCA no Brasil que tem como objetivo centralizar as atividades financeiras e obter vantagens competitivas no relacionamento com instituições financeiras.

Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente

A Fundação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31 de dezembro, a Fundação possui instrumentos financeiros os quais estão avaliados na hierarquia de valor justo no nível 1 e 2.

	2018	2017
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	6.877	6.595
Aplicações garantidoras de provisão técnicas	581	530
Empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado		
Crédito de operações com planos de assistência à saúde	14.981	15.110
Créditos de operações de administração de benefícios	1.698	1.450
Depósitos judiciais	1.182	1.536
Bens e títulos a receber	13.705	9.693
Créditos tributários e previdenciários	141	2.722
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	10.780	11.835
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da operadora	259	11
Fornecedores	5.497	3.557
Débitos com partes relacionadas	559	3.596

A Fundação não aplica em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem dos seus valores contábeis, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

21. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, em relação à natureza de suas atividades.

Os principais contratos de seguro vigentes em 31 de dezembro de 2018 destinam-se à cobertura para fenômenos naturais e riscos diversos, em níveis considerados adequados para o ativo imobilizado, especialmente Fiat Clube, sede administrativa e centros de saúde com o valor em risco de R\$76.523.

Diretoria Erica Baldini (Diretora-Presidente) Emanuele Capogna (Diretor) Márcia Lúcia Andrade dos Anjos Naves (Diretora) Márcio de Lima Leite (Diretor)	Conselho curador Antonio Filosa (Conselheiro / Presidente) Erica Baldini (Conselheira) Emanuele Cappellano (Conselheiro)	Conselho fiscal Erika Morreale Diniz (Conselheira) Leandro de Oliveira Rodrigues Godinho (Conselheiro) Plínio Trópia Barreto (Conselheiro)	Controller Hertz Humberto Alves (Controller)	Responsável técnico Regina Célia dos Santos Werneck Monteiro (Contadora CRC-MG074846/O-8)
--	--	--	--	---

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Administradores da
Fundação Fiat Saúde e Bem Estar
Betim (MG)

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Fiat Saúde e Bem Estar (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Fiat Saúde e Bem Estar em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

- planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 28 de março de 2019.



Building a better
working world



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
Contadora CRC-1MG089076/O-0